



ARTIGOS



## As Mulheres Sob Ataque:

Neoliberalismo, Conservadorismo E  
Desdemocratização Na Ofensiva À  
Agenda De Gênero

Emanuele MANTOVANI, *Universidade de Santa Cruz do Sul*

Silvia Virginia Coutinho AREOSA, *Universidade de Santa Cruz do Sul*

---

Resumo: Este artigo teórico tem como objetivo discutir a relação entre o novo modelo neoliberal, o conservadorismo e a desdemocratização com a retirada de direitos e os ataques às políticas de gênero. Este novo modelo, que propõe não só uma política econômica, mas também uma racionalidade conservadora e antidemocrática, tem como lastro a chamada ideologia de gênero. A partir de uma pesquisa bibliográfica, esse trabalho conecta o novo neoliberalismo, seus produtos (conservadorismo e desdemocratização) e subprodutos (ideologia de gênero) a serviço de um modelo que aprofunda o domínio do capital sobre a sociedade e de forma mais aguda e violenta sobre as mulheres, impondo um retrocesso histórico à agenda feminista.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Conservadorismo. Ideologia de gênero. Feminismo.

---



## Introdução

A ascensão do neoliberalismo fez parte do contexto de reestruturação do capitalismo e teve como marco as eleições de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, que inauguraram um período em que o neoliberalismo ganhou projeção mundial e se tornou referência para as reformas que os governos passaram a realizar não só no Estado, mas também nas economias nacionais. O modelo neoliberal é conhecido por um conjunto de medidas como privatizações, austeridade fiscal, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, pela política do Estado mínimo e pelo incentivo ao empreendedorismo, substituindo as políticas públicas pelo bem-estar como resultado de um esforço individual.

O modelo neoliberal foi imposto aos países em desenvolvimento da América Latina, incluindo o Brasil, a partir dos anos 1980, no período que marcou o fim das ditaduras militares na região e em um contexto de grave crise econômica e de renegociação das dívidas externas dos países da região com os órgãos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. A “cartilha” neoliberal foi imposta ao Brasil por meio do Consenso de Washington e passou a orientar as políticas governamentais do país, legitimada por um discurso que afirmava sua eficácia para o enfrentamento da crise econômica e também como um caminho a ser trilhado pelos países periféricos rumo à modernização que os levaria a igualar-se aos países de primeiro mundo (CANO, 2000).

Para além dos aspectos econômicos, na atual fase, o neoliberalismo ainda implica em um conjunto de práticas, valores morais e éticos, normas e narrativas que buscam impor, por parte do governo, a lógica do capital. Assim, o neoliberalismo que já se associou às liberdades individuais e progresso, atualmente empreende uma ofensiva por meio do fechamento de fronteiras, do ataque aos direitos humanos e à democracia e pelo discurso conservador, pelo autoritarismo e pelo militarismo. Essa racionalidade neoliberal cria e agrava constantemente uma crise democrática que é funcional à agudização do domínio do capital sobre a sociedade.

Essa variante contemporânea do neoliberalismo mantém o apoio de setores da população por meio de um estado permanente de guerra contrainsurgente a inimigos simbólicos e materiais, como a ameaça



comunista, estudantes, ambientalistas, camponeses, mulheres, migrantes e a juventude da periferia. Assim, seus representantes políticos canalizam, por meio do populismo, o ódio e o ressentimento das massas a esses inimigos, em troca da garantia de ordem e de proteção. Ainda fazem parte da racionalidade neoliberal contemporânea a mentira, o desprezo à ciência, “a aversão à arte e à cultura, o desleixo da linguagem e dos modos, a arrogância do dinheiro”. Essa racionalidade promove uma nova ordem, baseada em critérios próprios que não se aproximam da democracia liberal (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 375; idem, 2019).

Essa racionalidade neoliberal tem como objetivos regular comportamentos, mas também atribuir valor a algumas vidas, definindo as que valem a pena e as que não valem, as que são dignas e as que não são. É essa racionalidade que trás o elemento conservador nos valores e no comportamento, fator estruturante dos ataques às mulheres, à igualdade de gênero e ao movimento feminista. No Brasil, faz parte desta estratégia não só a pauta moral e de costumes que defende, mas também, aquilo que ataca em seus discursos e suas práticas, como vemos, de forma recorrente, não só por parte do presidente, mas também de outros membros de seu governo. Se observarmos a história recente do país, nunca um governo falou tanto em sexo, gênero, mulheres, feminismo e homossexualidade. Por outro lado, as mulheres e a comunidade LGBTQIA+ nunca foram tão atacadas.

Conforme os dados apurados pelo Datafolha para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, uma em cada quatro mulheres com mais de 16 anos sofreu algum tipo de violência doméstica no Brasil. O relatório aponta ainda que, em 2020, 1.350 mulheres foram vítimas de feminicídio, número 0,7% maior que no ano anterior. Já em 2021, até novembro, 17 milhões de mulheres já tinham sofrido algum tipo de agressão. Chama atenção o dado que aponta que no primeiro ano do governo Bolsonaro esse número já tinha aumentado em 27%. No que se referem aos dados de 2020 e 2021, cabe ressaltar que a pandemia do novo Coronavírus, com o aprofundamento da fome, da pobreza e do desemprego e, com o fim do programa Bolsa Família são fatores que ampliaram a violência contra as mulheres. Também é importante lembrar que o Brasil está entre os primeiros no ranking dos países onde mais se matam mulheres, homossexuais e travestis (G1, 2021; ANTRA, 2020).

Esse novo neoliberalismo enquanto projeto econômico e enquanto racionalidade se expande a partir da crise econômica de 2008 e do aprofundamento da financeirização do capital de uma forma diferente



do modelo implantado nos anos 1990. É o neoliberalismo que flerta com o autoritarismo e o neoconservadorismo, que ataca as instituições e que cerca nossa vida por meio das suas práticas econômicas e também por meio dessa racionalidade que nos impõe novos modos de trabalhar, de produzir, de viver, de nos relacionar. Por meio das suas práticas e discursos, legitima a violência e a opressão aos grupos como mulheres, LGBTQIA+, indígenas, negros e negras, a intolerância e o reforço dos valores tradicionais. Foi essa racionalidade neoliberal que impulsionou a ascensão de governos de extrema direita não só no Brasil, mas também em outros países (DARDOT, LAVAL, 2019).

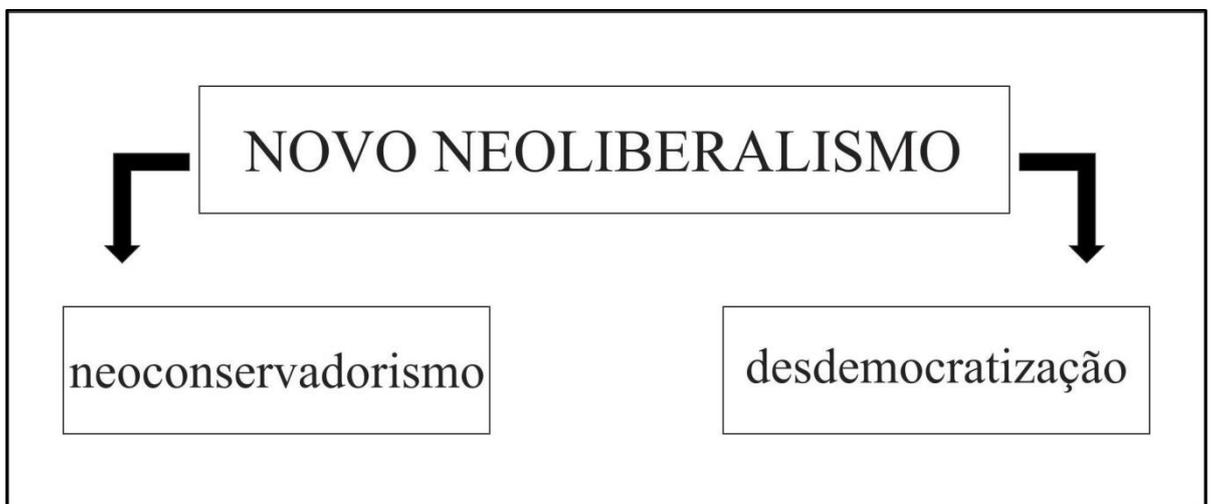
Parece contraditória a ascensão desse neoconservadorismo como um produto do neoliberalismo, uma vez que os ideais de liberdade do liberalismo não se encaixam com a ideia de autoridade do pensamento conservador. No entanto, esse neoconservadorismo serve muito bem para legitimar a desintegração de conquistas democráticas e de direitos que são incompatíveis com o Estado mínimo liberal contemporâneo. Esse neoconservadorismo é fundamentado em um pensamento que tem origem na reação ao Estado de bem-estar social, à contracultura e à nova esquerda do pós-Segunda Guerra e que entende as diferenças de classe, raça e gênero como naturais e inerentes à ordem social. Por isso esse pensamento é funcional à atual fase do capitalismo financeirizado porque é um discurso que legitima a naturalização das desigualdades (ALMEIDA, 2018).

Para este pensamento, a intervenção do Estado minimizaria essas diferenças, o que afetaria a ordem natural das coisas e levaria a uma degradação social e cultural. Por isso, no cerne deste pensamento neoconservador está a intolerância e os ataques aos grupos como mulheres, negros e negras, indígenas e comunidade LGBTQIA+. Além disso, há uma repulsa à ação do Estado no que se refere às políticas sociais, ações afirmativas e ampliação de direitos que mitigariam as desigualdades. Essas políticas são lidas como ameaças à ordem natural (ROLNIK, 2018).

Assim, a crise financeira de 2008 mundial, que exigiu uma reorganização do capitalismo, inaugurou um período de rupturas democráticas e institucionais necessárias ao bom funcionamento desta engrenagem que, conforme ilustrado na Figura 01, conecta neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização, que é a corrosão das instituições democráticas. Essa corrosão não se dá como os antigos golpes militares, mas, como no caso do Brasil, por meio de um

golpe político/judiciário/midiático que permitiu a ascensão de Michel Temer à presidência e, posteriormente, a eleição de Bolsonaro, governos responsáveis pelo congelamento dos investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos e pelas reformas trabalhista e previdenciária. O Brasil é um exemplo de como a desdemocratização se dá por dentro do marco político e legal (DARDOT, LAVAL, 2019).

**Figura 1: Novo neoliberalismo, neoconservadorismo e desdemocratização**



*Fonte: Elaboração própria*

Na medida em que potencializa as desigualdades, o novo neoliberalismo fragiliza a democracia. O discurso pós-democrático é anti-humanista, antifeminista, antipopular, antiliberal e, sobretudo, autoritário, manifestando um desejo de violência coletiva, como, no caso do Brasil, a volta da ditadura militar. Além disso, há o sequestro da política pelo poder econômico, que passa a ditar as regras por meio das grandes corporações e agências internacionais, esvaziando a democracia de conteúdo, porém, sem sua extinção formal. Também contribuem para este esvaziamento o discurso anticorrupção que justifica os ataques às instituições e aos governos, o discurso antipolítica que alimenta a rejeição aos partidos, aos políticos e às instituições e o discurso de ódio que justifica a eliminação do outro. Combinados, esses discursos justificam os atos autoritários e os ataques à democracia, à política e às próprias instituições democráticas, tudo isso, tendo a nova versão do



neoliberalismo como a principal força desdemocratizante (BALLESTRIN, 2018).

Diferente do que acontece nas ditaduras, o processo de desdemocratização é conduzido por lideranças eleitas que vão corroendo a democracia em etapas que chegam a ser pouco visíveis. Com a desculpa de tornar o judiciário mais eficiente ou combater a corrupção, as instituições vão sendo corroídas de forma quase imperceptível. As demandas democráticas são incompatíveis com os interesses do mercado, assim, seja por meio de contra-reformas, do corte nos gastos sociais e do enfraquecimento das instituições, os laços entre o capitalismo neoliberal e a democracia vão sendo desfeitos.

Ou seja, esse contexto evidencia que tanto o neoconservadorismo quanto a desdemocratização são produtos do neoliberalismo contemporâneo e que representam um ataque não só à democracia, mas aos direitos humanos e, de forma especial, um ataque aos direitos das mulheres, tanto pela política econômica do Estado mínimo, quanto pela racionalidade neoliberal. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar como essa racionalidade conservadora impõe constrangimentos ao debate sobre a igualdade de gênero e serve como legitimador da perda de direitos e como a desdemocratização atinge e limita a luta das mulheres por direitos e igualdade. Para isso, além dessa seção introdutória, o trabalho ainda aborda o histórico de lutas feministas, de que forma o conservadorismo e a desdemocratização atuam neste sentido e, por fim, como essas pontas se conectam e os resultados que produzem.

## **A Agenda De Gênero Nas Políticas Públicas**

O movimento de mulheres, no Brasil, desde a década de 1970, atua na luta por direitos civis por meio de uma legislação igualitária. Além disso, a agenda de gênero naquele período também estava centrada na democratização. A partir dos anos 1980, o processo de redemocratização incluiu novos atores na arena política e novos temas na agenda pública. Assim, o movimento de mulheres abriu um processo de diálogo com o Estado com o objetivo de pautar as políticas públicas que atendessem às necessidades das mulheres, sobretudo nas pautas relacionadas à saúde, sexualidade e violência contra a mulher (BARSTED, 1994).

Na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero como a Delegacia dos Direitos da Mulher e o Conselho



Nacional dos Direitos da Mulher. A mobilização das mulheres também foi determinante para que fosse criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Com a bandeira Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher, as mulheres também participaram da construção de propostas para a nova Constituição. Propostas que incluíam temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra foram incluídas na Constituição de 1988 (FARAH, 2004).

O foco estava na transformação e na superação da desigualdade, substituindo o assistencialismo pelas estratégias orientadas pela perspectiva de gênero como a igualdade de oportunidades. A aprovação de demandas próprias das mulheres no código civil permitiu a participação das mesmas nas arenas políticas e também abriu espaço para a atuação do movimento de mulheres por dentro do Estado, assunto que ainda hoje gera divergências, mas que não será aprofundado neste trabalho.

Na década de 1990, a participação do movimento de mulheres nas arenas políticas favoreceu o incremento da pauta de gênero, propondo a transversalidade nas políticas em diferentes dimensões: política, econômica, cultural e social, trazendo também a discussão sobre a regulamentação de temas como o divórcio, o aborto, contracepção, desigualdade salarial, formas de violência, ou seja, ações que modifiquem as condições de vida e proporcionem mais autonomia para as mulheres, transformando as relações de gênero e os papéis sociais de homens e mulheres.

A partir da plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e da compreensão de que as mulheres dos países em desenvolvimento eram as mais atingidas pela intensificação da pobreza nos anos 80, a proposta da conferência era de que as políticas sociais tivessem as mulheres como prioridade. Neste sentido, a trajetória do movimento de mulheres no Brasil, na virada para o século XXI constitui-se uma nova agenda com a perspectiva de gênero que tinha como prioridades medidas preventivas e repressivas da violência contra a mulher; Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com ações voltadas ao controle de ISTs, prevenção do câncer e planejamento familiar; programas de atenção integral aos direitos das meninas e adolescentes com ênfase na exploração sexual, prostituição e drogadição; programas de geração de emprego e renda voltados à capacitação, organização, criação de empregos e



microcrédito para pequenos negócios; acesso à educação, reformulação dos livros didáticos para eliminar qualquer forma de discriminação às mulheres, capacitação das professoras e professores para trabalharem com a perspectiva de gênero, além da ampliação do acesso a creches e pré-escola; garantia de direitos trabalhistas e ampliação de equipamentos sociais para a redução da carga de trabalho doméstico não remunerado; construção de equipamentos públicos urbanos como creches e serviços de saúde, habitação e infraestrutura de saneamento básico, levando em consideração a centralidade do papel das mulheres na reprodução da vida, além da garantia de acesso a títulos de propriedade; garantia de direitos às mulheres da zona rural no que se refere às políticas de distribuição de terras, reforma agrária, crédito e apoio à produção rural; incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal em todas as políticas públicas e não apenas em políticas pontuais e específicas; abertura e ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão, criando condições de autonomia para que elas participem como sujeitos ativos e passem a decidir sobre suas próprias vidas (FARAH, 2004).

Nos anos 1990, a ascensão das políticas neoliberais representou um grande retrocesso no que se refere às políticas sociais e de ampliação da cidadania, um processo que foi muito prejudicial aos setores mais vulneráveis da sociedade, especialmente para as mulheres, uma vez que repercutiu na perda de um importante espaço que vinha sendo conquistado na agenda pública. As mudanças ocorridas com a reconfiguração do capitalismo nos anos 1990 combinadas com o processo de financeirização do capital e com as políticas neoliberais resultaram em mudanças importantes nas políticas sociais, a partir da crise do Estado e da redução da capacidade de investimento, mas também pela prioridade dada para a eficiência do Estado e para o corte de gastos com redução significativa na capacidade de investimento em políticas sociais (CISNE, GURGEL, 2008).

Assim, o Brasil entra na década de 1990 marcado pela combinação entre uma democracia ainda em construção e um processo de aprofundamento das políticas neoliberais com a inserção subordinada do país ao capitalismo global. Ainda na década de 1990, não apenas a redução do Estado, mas também o processo de globalização e da multilateralidade das relações internacionais abriu espaço para o crescimento do que se convencionou chamar sociedade civil global, com um papel determinante das Organizações Não Governamentais (ONGs), que passaram a contar fortemente com o apoio das agências governamentais e dos órgãos de



financiamento internacional. Se por um lado essas organizações se tornaram os elementos principais na luta por políticas de inclusão, por outro lado, elas contribuíram para o processo de despolitização do Estado e de desestatização das políticas sociais e de igualdade. Assim, muitos direitos passam a ser implementados de forma temporária e pulverizada, ferindo o princípio da universalidade das políticas públicas (FERREIRA, 2004; CINSE, GURGEL, 2008).

Já nos anos 2000, com a retomada de uma agenda crítica e com o enfrentamento ao neoliberalismo se iniciou um processo de rompimento com a institucionalização da década anterior. Entre os principais avanços conquistados no período, estão a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003), A realização da I, II e III Conferência Nacional para as Mulheres (2004, 2007 e 2011), A aprovação da Lei Maria da Penha (2006), a criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (2007) que deu origem a programas como o disque 180, criação de abrigos temporários e centros especializados de atendimento, juizados e varas especializadas em violência doméstica, assim como a unidade móvel de atendimento às mulheres rurais em situação de violência. Além disso, foram criados, no âmbito do governo federal, 15 comitês de gênero com políticas transversais em 39 ministérios. Ainda na primeira década dos anos 2000 foi criada a Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Federal (2009) (GUZMAN, 2000; BRASIL, 2011a; BRASIL, 2011b)

No entanto, desde 2016, com o golpe contra a presidente Dilma, o país sofre com o desmonte do que foi construído. Desde a extinção do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, Juventude e Direitos Humanos, passando pela tentativa de retomada de Projetos de Lei que criminalizam o aborto, que proíbem a discussão de gênero nas escolas e nos planos de educação, a retirada de termos como “identidade de gênero” e “orientação sexual” da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária e da Emenda Constitucional 95 que congela os investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos penalizam, sobretudo, as mulheres.

A partir de 2018, a eleição de Jair Bolsonaro inaugurou uma ofensiva anti-gênero no Brasil. A nomeação da Pastora do Evangelho Quadrangular, Damares Alves, para o recém criado Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, deixou evidente o viés ideológico conservador do novo governo. Desde então, há o aprofundamento dos tensionamentos e inflexões no que se refere à política de gênero no Brasil. O presidente inviabiliza o debate tanto pelos seus discursos, quanto pelas



suas práticas que naturalizam e reforçam as desigualdades e os estereótipos. Seja por meio dos discursos misóginos ou por meio de suas políticas como o corte nos programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Ao invés disso, faz incentivo a política de liberação do porte de armas de fogo e faz uma redução orçamentária de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões no ministério, que gerou o corte drástico do investimento nas políticas de combate à violência (FERREIRA, TRIBOLI, 2020).

A precarização da vida das mulheres tem se agudizado nos últimos anos, a partir da eleição de Bolsonaro, pela legitimação da violência e da política de morte imposta pelo Estado, seja pela falta de proteção social e de direitos, pela invisibilização, pela apologia às armas e pelo empoderamento do machismo e da misoginia.

Esse governo de viés totalitário e antidemocrático distribui o direito à vida àqueles que ele elege como aliados, que são os representantes do discurso neoconservador e uma parcela da sociedade que se alinha a esses valores. No que se refere à questão de gênero, o Estado viola as mulheres de diversas formas: negando o direito ao aborto, cortando investimentos das políticas de prevenção à violência e ao feminicídio, quando nega a distribuição de absorventes a mulheres em situação de vulnerabilidade e nos discursos misóginos do presidente como “não te estupro porque tu não merece”, dirigido a uma parlamentar ou quando ele diz que a filha é fruto de uma “fraquejada”. Ou seja, um processo que está atrelado não só ao desmonte das políticas públicas, mas também ao elogio da violência e do machismo. Desta forma, um ataque constante à vida e aos direitos das mulheres. (AMARAL, OLIVEIRA, 2019).

Assim, resta evidente que, neste momento, está em curso um capitalismo ainda mais autoritário e antidemocrático que emerge com uma política neoliberal diferente dos anos 1990, com um projeto de capitalismo financeirizado e ataques à democracia que agudizam o conflito entre o capital e a vida a partir da ascensão da extrema-direita, no Brasil. Neste modelo as políticas neoliberais são marcadas pela privatização, pela austeridade, pela desigualdade do livre comércio e pelo Estado mínimo, mas associado a uma ofensiva conservadora, autoritária e antidemocrática a partir de uma agenda moral e de costumes.



## **A Ofensiva Do Neoconservadorismo Via Ideologia De Gênero**

Nos anos 1990 tomou corpo, no âmbito das Nações Unidas, a chamada “ideologia de gênero” que, atualmente, reverbera como justificativa aos ataques às políticas com recorte de gênero e do respeito à diversidade sexual. A chamada “ideologia de gênero” tem origem nos setores mais conservadores da igreja católica a partir de uma leitura equivocada e distorcida das teorias e do uso inadequado dos estudos de gênero. Esse ativismo religioso reacionário se espalhou por dezenas de países mobilizando a sociedade para o combate a um inimigo imaginário, que era a perspectiva de gênero, e teve repercussões importantes no que se refere à interdição do debate sobre gênero, sexualidade e igualdade (JUNQUEIRA, 2017).

Não há um consenso no que se refere ao ponto de partida dessas disputas, mas a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo (1994), a IV Conferência Mundial das Mulheres de Pequim (1995) e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro (ECO 92), são considerados momentos chave para o início dessa discussão, quando o termo gênero passa a ser motivo de disputas e de oposição pelos setores mais conservadores. Na IV CMM, uma organização da direita católica norte-americana, chamada de Coalizão de Mulheres pela Família, elaborou e distribuiu uma cartilha segundo a qual as feministas tinham como objetivo reivindicar a existência de cinco gêneros. Ainda em 1998, o Papa João Paulo II, na encíclica intitulada Sobre a dignidade e a vocação da mulher lembrava sobre o papel da mulher na maternidade, no casamento e na sociedade, demonstrando preocupação com a família tradicional e a verdadeira feminilidade (CORRÊA, 2018; SOUZA JÚNIOR, 2019).

Mais tarde, entre 1999 e 2000 a igreja deliberou que a categoria gênero além de ser vazia de significado remetia à homossexualidade, pedofilia e perversão sexual. A partir deste momento, a ofensiva anti-gênero se intensificou em cartilhas e documentos que denunciavam o perigo da utilização do termo. Mais tarde, em diferentes momentos, a igreja católica voltou a se manifestar sobre o que chama de “ideologia de gênero”, refutando o gênero enquanto construção social, a orientação sexual não heteronormativa, reafirmando papéis e as hierarquias entre homens e mulheres (CORRÊA, 2018).



O termo foi criado pela igreja católica por meio do Conselho Pontifício para a Família com o objetivo tanto de resgatar o espaço da igreja na sociedade, quanto de conter o avanço de políticas para mulheres, pessoas não-heterossexuais e dissidências de gênero. Além disso, tem como pressuposto reafirmar as concepções tradicionais de família, maternidade e sexualidade que reforçam a lógica heteronormativa. Desta forma, a ideologia de gênero se transformou em um potente catalisador contra políticas sociais, reformas jurídicas e educacionais e direitos sexuais, assim como serviu para legitimar a violência e a discriminação contra esses grupos (JUNQUEIRA, 2017).

A expressão serve como um subsídio retórico em torno do qual se organizam discursos e estratégias de mobilização política como parte de uma ofensiva reacionária de disputa nas arenas das políticas públicas. Esse discurso tem o potencial de engajar uma parcela da sociedade mobilizada em torno dos retrocessos no que se refere às políticas de igualdade e de direitos humanos, sobretudo no que diz respeito às políticas de gênero e sexualidade. Esses discursos criam uma espécie de pânico moral ao pôr a família tradicional sob ameaça, reafirmam hierarquias sexuais, além de rechaçar arranjos familiares não heteronormativos (BIROLI, 2020).

Conforme esses grupos religiosos, o gênero é um conceito que serviria a interesses ideológicos para promover uma revolução sexual que teria como conseqüências o desmantelamento das relações familiares e da coesão social, além do derretimento dos valores morais da sociedade. Assim, feministas, ativistas e organizações políticas de esquerda estariam empenhados em difundir a ideologia de gênero, extinguindo as diferenças naturais entre homens e mulheres e também de orientação sexual.

Desde então, em diferentes contextos e de diferentes formas, uma verdadeira cruzada foi iniciada nas arenas internacionais contra a agenda política da igualdade de gênero e que, atualmente, se manifesta de forma mais presente na América Latina e Europa. No caso do Brasil, o discurso da ideologia de gênero e o combate à agenda política da igualdade encontraram terreno fértil na ascensão do bolsonarismo. Mas foi na Câmara Federal que o termo ganhou notoriedade pela promoção do Programa Brasil sem Homofobia e pela inclusão do combate à discriminação de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE , 2011 – 2020) (TEIXEIRA, 2019).



Dessa forma, a ideologia de gênero e seus representantes são os inimigos a serem combatidos e essas disputas incidem, principalmente, nas políticas de educação como, por exemplo, com o movimento para a retirada do termo “gênero” do Plano Nacional de Educação, assim como dos planos estaduais e municipais e pela intimidação promovida nas escolas por meio de notificações extrajudiciais com o objetivo de impedir as discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula. Essas ações contam com o respaldo das bancadas evangélicas no congresso nacional e por meio das alianças formadas por evangélicos, católicos ortodoxos e outras organizações conservadoras que se empenham em barrar a discussão sobre a igualdade de gênero e, até mesmo, direitos humanos, se utilizando de argumentos distorcidos (REIS, EGGERT, 2017).

Assim, o discurso da ideologia de gênero serve como o lastro para o neoconservadorismo pôr sob ataque: as pautas progressistas, os direitos sociais e as políticas públicas com recorte de gênero, encaixando na democracia representativa um autoritarismo com viés fundamentalista, que tem como objetivo não só enfraquecer as pautas progressistas, mas reforçar a ideia de que as desigualdades são naturais e que mexer nessas estruturas resultaria em caos social e desmantelamento da família e da ordem natural das coisas.

A chamada “ideologia de gênero” é uma estratégia discursiva das políticas antigênero, que permite a ascensão de uma direita autoritária que cria inimigos imaginários a serem combatidos por meio do racismo, do sexismo e da misoginia. Dessa forma, conseguem o respaldo de uma parcela da sociedade para o desmonte das políticas públicas, promovendo uma regressão histórica no que se refere aos direitos já conquistados, mas também autoriza e legitima a violência e a intolerância (LIMA, 2018).

É um discurso que instrumentaliza o medo contra “ideólogos de gênero”, contra os jovens da periferia, contra os “invasores de terra”, contra os “invasores de prédios públicos”, contra pessoas em situação de rua, gays e travestis, contra os quais se constrói a imagem de pedófilos e mulheres feministas lidas como radicais e abortistas (BENTO, 2018, p. 14).

Dessa maneira, esse discurso se transforma em uma estratégia política capaz de organizar a atuação de diferentes atores e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios discursivos para a mobilização popular. Assim, católicos e evangélicos se unem contra os avanços no que se refere à igualdade de gênero e à diversidade sexual contando com o apoio de atores



de diferentes segmentos, seja do direito, da saúde ou mesmo da política, além de militares e organizações empresariais. O que esses atores têm em comum é que eles instrumentalizam a moral sexual em defesa da família nuclear heteronormativa e funcional à reprodução biológica em que as famílias devem ser autônomas em relação à educação das crianças e também em relação aos aspectos econômicos, em um contexto de extrema desregulamentação, privatização e desmantelamento dos direitos sociais no Brasil (VAGGIONE, MACHADO, BIROLI, 2020).

O discurso da “ideologia de gênero” atribui valores distintos a homens, mulheres, homossexuais e heterossexuais, legitimando hierarquias e, inclusive, justificando a violência. No caso do Brasil, especificamente, a eleição de Jair Bolsonaro é bastante sintomática no que diz respeito a este processo de ascensão do neoconservadorismo. Ao longo de 30 anos de atividade como parlamentar, Bolsonaro ganhou notoriedade pelo discurso autoritário e truculento, contra os direitos humanos e em defesa da ditadura militar. Em 2018, sua cruzada contra a chamada “ideologia de gênero”, contra a diversidade sexual, o casamento de pessoas do mesmo sexo e a educação contra a homofobia. Neste sentido, ganha destaque às notícias falsas produzidas e amplamente disseminadas pela sua base de apoio, sobre um suposto “kit-gay” que teria sido distribuído nas escolas pelos governos de esquerda (VAGGIONE, MACHADO, BIROLI, 2020).

Essa cruzada contra a “ideologia de gênero” e o “kit-gay”, bem como seu discurso anticorrupção lhe deram visibilidade e proporcionaram alianças com religiosos e conservadores. É notório que, em 2018, as principais manifestações contra a eleição de Bolsonaro foram organizadas por mulheres que levaram milhares às ruas de todo o país no movimento “#EleNão”, organizado por meio das redes sociais. O movimento tinha como pautas principais a democracia, a defesa da vida das mulheres, o combate à homofobia e ao sexismo. No entanto, mais uma vez, a base bolsonarista mobilizou notícias e imagens falsas dos protestos, buscando desqualificar e estigmatizar não só as mulheres, mas o movimento de mulheres, de forma geral.

Após esse episódio, a eleição de Bolsonaro permitiu a entrada massiva de líderes religiosos e conservadores no poder Executivo, o que repercutiu em retrocessos significativos como o descumprimento de diretrizes da ONU (2018) no que se refere ao combate às discriminações e na tentativa de criminalização da luta em defesa do direito ao aborto. Ou seja, sob o pretexto de proteção à família e às crianças, a chamada



“ideologia de gênero” é a justificativa para o ataque não só aos direitos, mas à própria vida de mulheres e da comunidade LGBTQIA+.

## Considerações Finais

A título de conclusão, é importante mencionar que qualquer período de avanço nos direitos das mulheres é sucedido pelo que Flaudi (2001) chama de backlash e que impõe um retrocesso às conquistas e avanços das mulheres, nos impondo recomeços contínuos. A crise econômica de 2008 interpelou o então modelo capitalista/neoliberal vigente e impôs a necessidade do sistema se reinventar. Assim, emerge o novo neoliberalismo, pautado não só pela agenda econômica, mas também pela agenda de costumes. Neste sentido, podemos dizer que o neoconservadorismo e a desdemocratização são como produtos dessa racionalidade neoliberal, que se apóiam na “ideologia de gênero”, com o intuito não apenas de aprofundar a austeridade e a redução drástica do Estado, mas também de produzir inimigos imaginários que sirvam como justificativa ao autoritarismo e à violência necessárias a esta nova ordem.

Seja pela violência física ou simbólica, as mulheres se constituem em um dos grupos mais atacados e afetados pela ascensão da extrema direita, representante desse novo neoliberalismo no Brasil. Por meio da retirada de direitos, da redução nos investimentos em políticas públicas ou pelo discurso de ódio que legitima a violência, o estupro e até mesmo a morte, as mulheres que buscam construir formas de resistência, sobretudo pelos movimentos de mulheres, se tornam inimigas do Estado e das famílias. Assim, o discurso que defende a ordem natural das coisas e a família tradicional (patriarcal e heteronormativa) legitima a eliminação daqueles e daquelas que representam um risco a este modelo.

É fundamental pontuar que está em curso uma ofensiva que se opõe a valores democráticos básicos como a igualdade, a laicidade do Estado e o respeito à pluralidade de pensamento. Estamos diante de um sistema complexo que se retroalimenta: apoiados na necropolítica e na ideologia de gênero, a desdemocratização e o neoconservadorismo são funcionais a este novo neoliberalismo que é antidemocrático, anti-humanista, antipopular e, até mesmo, antiliberal. Um sistema que criminaliza as mulheres, os indígenas, os quilombolas, a comunidade LGBTQI, os negros e todos aqueles que defendem a democracia e os direitos humanos, desafiando a própria noção de civilidade. Assim, seja pelo discurso neoconservador de combate à ideologia de gênero ou seja pela violência



concreta que se alastra enquanto nossa democracia é corroída por dentro, as mulheres estão sob ataque.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, E. S. (Org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018.

AMARAL, Fernanda Pattaro; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini C. de. Necrobiopolítica de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro: um estudo preliminar. *Acesso Livre: Associação dos Servidores do Arquivo Nacional - ASSAN*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 12, p. 39-54, dez. 2019. Disponível em: <https://revistaacessolivre.files.wordpress.com/2020/06/revista-acesso-livre-dez-2019-v02.pdf>. Acesso em: 07 out. 2021.

ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais -. *Assassinatos de pessoas trans voltam a subir em 2020*. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/category/violencia/>. Acesso em: 12 set. 2021.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos - NIPAS/UNICEF, 1994. p. 231-270.

BALLESTRIN, Luciana. O Debate Pós-democrático no Século XXI. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 149-164, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acesso em: 18 set. 2021.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação?. *Cadernos Pagu*, [S.L.], n. 53, p. 00-00, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530005>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653413/18511>. Acesso em: 13 set. 2021.

BIROLI, Flávia. “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135-188.



BRASIL. *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as mulheres, 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional>

BRASIL. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. *Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jun. 2008. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12960/11316](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960/11316). Acesso em: 13 set. 2021.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 0, n. 53, p. 00-00, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407/18506>. Acesso em: 13 set. 2021.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomía del nuevo neoliberalismo. *Viento Sur*. Madri, p. 5-16. jun. 2019. Disponível em: [https://cdn.vientosur.info/VScompletos/vs\\_0164.pdf](https://cdn.vientosur.info/VScompletos/vs_0164.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, abr. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000100004/7943>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FERREIRA, Helder; TRIBOLI, Pierre. Deputadas criticam corte de recursos para combate à violência contra a mulher. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, p. 00-00. fev. 2020. Disponível em:



<https://www.camara.leg.br/noticias/635067-deputadas-criticam-corte-de-recursos-para-combate-a-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em: 06 out. 2021.

FERREIRA, Virgínia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos: do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Políticas Públicas e igualdade de gênero*. 8. ed. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 77-102. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

FALUDI, S. *Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

G1. *Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa*. 2021. Paula Paiva Paulo. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 26 set. 2021.

GUZMÁN, Virgínia. A equidade de gênero como tema de debate e de políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam. *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2000. p. 63-85. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2000/01/Caderno-GenPP.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da Furg, 2017. p. 25-52. Disponível em: [http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates\\_contemporaneos\\_educacao\\_sexualidade.pdf?sequence=1](http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1). Acesso em: 7 out. 2021.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre michel foucault e achille mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, n. 0, p. 20-33, dez. 2018. Disponível em:



<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arp/v70nspe/03.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas -. *Especialistas da ONU pedem fim da criminalização do aborto em todo o mundo*. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/81163-especialistas-da-onu-pedem-fim-da-criminalizacao-do-aborto-em-todo-o-mundo>. Acesso em: 12 set. 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/?lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2021.

ROLNIK, Sueli. *Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SOUZA JÚNIOR, Paulo Roberto. A influência do neoconservadorismo nos estudos de gênero no Brasil. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Belém, v. 5, n. 2, p. 55-73, dez. 2019. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/5877/pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

TEIXEIRA, Raniery Parra. *"Ideologia de gênero?": as reações à agenda política de igualdade de gênero no congresso nacional*. 2019. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35044/1/2019\\_RanieryParraTeixeira.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/35044/1/2019_RanieryParraTeixeira.pdf). Acesso em: 27 out. 2021.

VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos; BIROLI, Flávia. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13-40.

# Mujeres Atacadas: Neoliberalismo, Conservadurismo Y Desdemocratización En La Ofensiva Contra La Agenda De Género

RESUMEN: Este artículo teórico tiene como objetivo discutir la relación entre el nuevo modelo neoliberal, el conservadurismo y la desdemocratización con el retiro de derechos y los ataques a las políticas de género. Este nuevo modelo, que propone no solo una política económica, sino también una racionalidad conservadora y antidemocrática, se basa en la denominada ideología de género. A partir de una investigación bibliográfica, este trabajo conecta el nuevo neoliberalismo, sus productos (conservadurismo y desdemocratización) y subproductos (ideología de género) al servicio de un modelo que profundiza la dominación del capital sobre la sociedad y de manera más aguda y violenta sobre mujeres, imponiendo un retroceso histórico a la agenda feminista.

PALABRAS CLAVES: Neoliberalismo. Conservatismo. Ideología de género. Feminismo.

**Emanuele MANTOVANI**

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

*Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES (Prosuc), modalidade 1. Desenvolve pesquisa em Microempreendedorismo e Gênero, ligada à linha de pesquisa Estado, Instituições e Democracia.*

*E-mail: manumantovani@gmail.com*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1873-8727>*

**Silvia Virginia Coutinho AREOSA**

*Universidade de Santa Cruz do Sul*

*Graduação em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutorado sanduíche em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo estudado durante o ano de 2007 no Departamento de Psicologia Evolutiva e da Educação da Universidade de Barcelona na Espanha com bolsa CAPES.*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7308-0724>*

*Recebido em: 22/02/2022*

*Aprovado em: 05/09/2022*